



Visões de liberdade e escravidão:
imprensa operária paulista e educação das relações
étnico raciais no pós-abolição

Ana Luiza J. da Costa*

Felipe M. Yokoya**

COSTA, A. L. J. da; YOKOYA, F. M. **Visões de liberdade e escravidão:** imprensa operária paulista e educação das relações étnico raciais no pós-abolição. *História Social*, v. 19 n. 27/28, 2024, pp. 282-319. <https://doi.org/10.53000/hs.v19i27/28.5286>

Resumo: Na trilha de pesquisas recentes sobre a pluralidade étnico-racial e a incorporação dos escravizados na história da classe trabalhadora no Brasil procuramos verificar, nas páginas da imprensa operária paulista do início do século XX, os indícios das problemáticas relativas à raça e cor entre trabalhadores. O objetivo principal é compreender de que formas a imprensa operária educava os trabalhadores para as relações étnico-raciais. Os resultados indicam que uma das poucas abordagens das questões de raça e cor emergia nos sentidos genéricos atribuídos ao tema e ao termo *escravidão*. Os indícios vão ao encontro de nossa hipótese geral de que

* Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo; professora de História da Educação na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

** Graduado em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo.

o silenciamento das questões étnico raciais pela imprensa operária, num momento crucial de formação da classe trabalhadora, contribuiu para naturalização do racismo e do lugar subalternizado do negro na estrutura da sociedade capitalista do pós-abolição.

Palavras-chave: Imprensa operária. Educação. Relações étnico-raciais

Visions of freedom and slavery:

the São Paulo workers' press and the education of ethnic-racial relations in the post-abolition

Abstract: Following recent research on ethnic-racial plurality and the incorporation of enslaved people in the history of the working class in Brazil, we sought to verify, in the pages of the São Paulo working-class press at the beginning of the 20th century, signs of problems relating to race and color among workers. The main objective is to understand how the workers' press educated workers about ethnic-racial relations. The results indicate that one of the few approaches to issues of race and color emerged in the generic meanings attributed to the theme and the term slavery. The evidence is in line with our general hypothesis that the silencing of ethnic-racial issues by the working-class press, at a crucial moment in the formation of the working class, contributed to the naturalization of racism and the subordinated place of black people in the structure of post-abolition capitalist society.

Keywords: Workers' press. Education. Ethnic-racial relations.

Este artigo é fruto de pesquisa institucional sobre a história da educação da classe trabalhadora em São Paulo, entre 1889 e 1930, desenvolvido na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, com recurso a bolsas de pesquisa em Iniciação Científica vinculadas ao Programa Unificado de Bolsas (PUB)³. Encontra-se em área de fronteiras temáticas entre a história da educação da classe trabalhadora, a história da educação de pessoas negras e a história social do trabalho. O objetivo geral de nossa pesquisa é conhecer os saberes e fazeres educacionais dos sujeitos sociais em relação. A busca do que chamamos educar-se da classe trabalhadora⁴ desperta a necessidade de um olhar espriado para suas experiências que alcance espaços além das escolas e das fábricas.

Há algumas décadas, o campo da história da educação vem ampliando significativamente os conhecimentos sobre a educação das classes trabalhadoras e das populações negras tanto no que diz respeito ao processo de escolarização por meio da ação do Estado, ou por agentes privados, quanto por maneiras informais e difusas em seus espaços de trabalho, associação, lazer, culto religioso entre outros.

O período aqui abordado, incorporando as últimas décadas do século XIX, é particularmente importante para a compreensão do processo de escolarização de modo geral e, particularmente, das formas de educação de trabalhadores (as) e homens e mulheres negros (as). Trabalhos como de Alessandra Martinez de Schueler⁵, Eliane Perez⁶, Carmen Sylvia

³ O PUB é um programa de bolsas financiado pela Reitoria da USP com a finalidade de promover assistência estudantil e apoiar projetos de pesquisa e extensão dos docentes da Universidade.

⁴ A concepção de educar-se da classe trabalhadora orienta o projeto institucional docente no qual se insere a pesquisa aqui apresentada e é um desdobramento da tese de doutorado O educar-se das classes populares oitocentistas no Rio de Janeiro: escolarização e experiência, defendida no Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da USP no ano de 2012.

⁵ MARTINEZ, Alessandra. **Educar e instruir: a instrução popular na corte imperial – 1870 a 1889**. 1997. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997. Acesso em: 15 dez., 2024.

⁶ PERES, Eliane. **Templos de luz: os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875-1915)**. Pelotas: Seiva publicações, 2002.

Vidigal de Moraes⁷, Laura Maciel⁸, Marcelo Mac Cord⁹, Surya Barros¹⁰, Marcus Vinicius Fonseca¹¹, Alexandra Lima Silva¹² mostram como esses sujeitos, apesar de uma série de entraves, acessaram a escola¹³ e, ainda, o conhecimento letrado em espaços não escolares. Nesse cenário, a educação foi uma pauta importante para os diversos movimentos de trabalhadores (as) e de homens e mulheres negros (as).

A realização do propósito acima anunciado de acessar as formas de autoeducação das classes trabalhadoras encontra no associativismo e na imprensa universos estratégicos de investigação. Para nosso período, a pluralidade de associações e periódicos é notável e denota a diversidade de identidades e posicionamentos sociais, culturais e políticos, inclusive entre os chamados subalternizados, despossuídos, oprimidos, populares, trabalhadores. A própria dificuldade em encontrar um termo comum para nomear a coletividade como unidade dos sujeitos que pretendemos investigar expõe indícios da complexidade das tensões e conflitos constitutivos da sociedade brasileira no pós-abolição (e até os dias de hoje).

Nossa escolha teórica em articular a complexidade dessas lutas por meio do conceito de classe social incorpora o desafio de questionar quem

⁷ MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. **A socialização da força de trabalho: instrução popular e qualificação profissional no Estado de São Paulo – 1873 a 1934.** 1990. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

⁸ MACIEL, Laura Antunes. Do “o povo não sabe ler” para uma história dos trabalhadores da palavra. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). **Outras histórias: memórias e linguagens.** São Paulo: Olho d’água, 2006.

⁹ MAC CORD, Marcelo. **Andaimos, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880.** 2009. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. Acesso em 15 dez. 2024.

¹⁰ BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. **Negrinhos que por ahi andão: a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920).** 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Acesso em: 15 dez. 2024.

¹¹ FONSECA, Marcus V. **Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX.** 2007. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Acesso em: 15 dez. 2024.

¹² SILVA, Alexandra Lima da. Caminhos da liberdade: os significados da educação dos escravizados. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, 2018.

¹³ Merecem destaque investigações sobre escolas noturnas voltadas para trabalhadores (as) e pessoas negras livres, libertas ou mesmo escravizadas.

e como se forma a classe trabalhadora no Brasil. A resposta a esse desafio encaminhou-se pelo olhar para os processos educacionais na formação dessa classe. Trata-se da educação que os/as trabalhadores/trabalhadoras promoveram – em pensamentos e ações – para si mesmos/mesmas. Educação é compreendida por nós não apenas como escolarização, mas como formação integral que ocorre em diferentes espaços sociais onde se vivenciam as mais diversas experiências: na escola, em casa, no trabalho, no lazer, nos cultos religiosos entre outros.

Tal perspectiva integral¹⁴ de educação nos gerou o incômodo sobre os modos de tratamento estanques entre dois universos familiares à pesquisa – aqueles reconhecidos pela historiografia como associativismo e imprensa operária por um lado e associativismo e imprensa negra por outro. O que teria a imprensa operária a dizer sobre as questões negras e vice-versa? Estamos longe de ser os primeiros a nos incomodar com essa problemática¹⁵. Para nos inserirmos nesse debate realizaremos, de início, um breve diálogo com a história social do trabalho e, a seguir, apresentaremos alguns resultados da pesquisa sobre a questão racial nas páginas da imprensa operária paulista do início do século XX, mais especificamente, as visões de escravidão por ela veiculadas.

1- O “paradigma da ausência” e a historiografia da agência: avanços e desafios da história social do trabalho

O ano de 2003 é um marco para a educação brasileira. Após décadas de pressão do movimento negro foi aprovada a Lei 10.639/2003 que determina a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas de educação básica. Outras visões e versões sobre

¹⁴ Não confundir com educação de tempo integral. Uma concepção de educação integral pode ser encontrada em BAKUNIN, M. A Instrução Integral. In: BAKUNIN, M. **O Socialismo Libertário**. São Paulo: Global, 1979.

¹⁵ Agradecemos aos pareceristas de História Social por indicação de bibliografia relacionada ao artigo, particularmente a dissertação de mestrado de Victor Doutel Pastore intitulada *Imprensa negra e imprensa operária: experiências, diálogos e tensões entre trabalhadores negros e imigrantes na São Paulo do pós-abolição (1915-1932)*.

a presença de africanas, africanos e seus descendentes em nossa história ganhariam visibilidade extrapolando o lugar de cativos, particularmente do chamado “escravo coisa”, a elas/eles reservado durante muito tempo.

O início das disputas pelas narrativas sobre a escravidão e abolição remonta ao calor das lutas abolicionistas. É relativamente recente, nos anos 1980, a revisão fundamental vivida pela historiografia da escravidão que restituiu a agência dos homens e mulheres escravizados na luta por sua liberdade. Mais recente ainda é o debate sobre a visibilidade dos homens e mulheres negros e negras no pós-abolição.

Quantas crianças passaram pelos bancos escolares, pelo menos até os anos 1990, sem saber o paradeiro dos negros após o fim da escravidão? Substituídos por imigrantes europeus, a história narrada pelos livros didáticos fazia desaparecer, de um momento para o outro, um contingente de mais de 08 milhões de pessoas¹⁶.

A abolição do regime escravista no Brasil, a mais tardia entre todas as nações do mundo moderno, foi sem dúvida um divisor em nossa formação social. Os sentidos da abolição formal – o treze de maio – em um momento no qual grande parte da população escravizada já se encontrava liberta por diversas estratégias adotadas pelos próprios escravizados, suas redes de apoio e o movimento abolicionista produziram e continuam produzindo diferentes posicionamentos da historiografia e da sociedade¹⁷, desde a celebração até o esvaziamento da data¹⁸.

O novo tempo inaugurado foi narrado por autoridades públicas e intelectuais promotores de versões socialmente validadas, desde a abolição até fins do século XX, sob o pressuposto apontado por Sílvia Lara como

¹⁶ Contingente de população negra no Brasil em 1890, dado infirmado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), disponível em: <<https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/negros/populacao-negra-no-brasil.html>>.

¹⁷ DOMINGUES, Petrônio. “A redenção de nossa raça”: as comemorações da abolição da escravatura no Brasil. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, no. 62, pp. 19-48, 2011.

¹⁸ ALBUQUERQUE, Wlamyra. “A vala comum da ‘raça emancipada’”: abolição e racialização no Brasil, breve comentário. **História Social**, no. 19, segundo semestre de 2010.

“teoria da substituição”. No que tange, especificamente, a história do trabalho, ela afirma:

A maior parte dos autores que tratam da história do trabalho no Brasil costuma iniciar sua análise no final do século XIX ou mesmo nas primeiras décadas do século XX. Identificada com a história do trabalho livre (assalariado), a história social do trabalho no Brasil contém, em si mesma, um processo de exclusão: nela não figura o trabalhador escravo. Milhares de trabalhadores que, durante séculos, tocaram a produção e geraram riqueza no Brasil, ficam ocultos, desaparecem num piscar de olhos¹⁹.

Em seu artigo referência *Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil* publicado em *Projeto História*, 1998, a autora denuncia a exclusão dos negros da história social do trabalho e faz um balanço histórico dos debates constituintes do campo. A produção sociológica e histórica sobre a classe operária brasileira fundada em uma concepção cristalizada de classe social operou, em muitos momentos, sob os signos do desajustamento e da falta que seriam, teoricamente, características daqueles sujeitos.

A expectativa de intelectuais, coincidente com as expectativas das lideranças políticas dos trabalhadores para as quais a classe operária seria, por excelência, a classe revolucionária projetou sobre ela uma determinada consciência idealizada. Tal abordagem, nas décadas de 1950/60, promoveu a identificação do movimento operário anterior aos anos 1920 (tendo como referência temporal a criação do Partido Comunista Brasileiro, PCB, em 1922) como a “infância da classe trabalhadora”.

A emergência das organizações operárias nos anos 1970, durante o regime de exceção; a constituição do novo sindicalismo por iniciativas “de base” dos próprios trabalhadores, tais como comissões de fábrica; sua inserção nas lutas mais amplas pela redemocratização do país foram elementos de um contexto social, político e cultural em que emergiram

¹⁹ LARA, Sílvia Hunold. Introdução: a história social e o racismo. Dossiê - Racismo: história e historiografia. **História Social**, no. 19, 2010, p. 26.

revisões na história do trabalho. Daí a reinterpretação do movimento operário do início do século XX como movimento autônomo em relação ao Estado e aos grandes partidos políticos nacionais. Anarquistas e anarco-sindicalistas ganharam visibilidade, ao passo que se delineava novo arquétipo do operário consciente, revolucionário. Ele seria branco, estrangeiro, ideologicamente orientado. Negros, egressos do mundo escravista, bem como a “massa” de trabalhadores pobres nacionais “desorganizados” continuariam ausentes da história.

Segundo Álvaro Nascimento²⁰ foi, em grande parte, instigados pela nova historiografia da escravidão e do pós-abolição que os historiadores dos mundos do trabalho começaram a prestar atenção às cores dos sujeitos por eles pesquisados. Atualmente, já é possível mapear significativos esforços de “enegrecimento da história da classe trabalhadora”²¹. Uma das abordagens, nesse sentido, é a que demonstra como a racialização foi uma dimensão fundamental do controle do mercado de trabalho no pós-abolição²² e, conseqüentemente, na construção das estruturas da sociedade capitalista no Brasil.²³ Segundo Wlamyra Albuquerque:

É a partir dessas circunstâncias que os pesquisadores passam a esmiuçar quais e como constituíram estratégias de racialização das relações sociais no processo emancipacionista e no pós-abolição no Brasil. É nesse campo de investigação que precisam ser concentrados os novos esforços de pesquisa. Cabe dizer que não se trata de estabelecer 1888 como o ano de estreia do racismo no Brasil. Diferenças raciais, de origem e de cor também foram estruturantes nos tempos da colônia e do império, entretanto

²⁰ NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 29, no. 59, setembro-dezembro 2016, pp. 607-626.

²¹ NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 29, no. 59, pp. 607-626, setembro-dezembro 2016, p. 613.

²² ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo, (1888-1988)**. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

²³ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da belle époque**. 2ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

possuíam parâmetros, propósitos e significados bem distintos dos vivenciados no final dos oitocentos. O desafio é atentar para as especificidades do desmantelamento do escravismo no Brasil, assim como para a dinâmica da sociedade recém republicana, tentando compreender a redefinição de lugares e hierarquias, fundadas em critérios raciais, naquele ambiente de falência das seculares formas de diferenciação social: senhor-escravo; súdito-realeza²⁴.

Fundamental não apenas para construção do arcabouço do sistema produtivo brasileiro, a racialização impregnou a construção da cidadania, das relações sociais, das políticas educacionais, em suma, dos valores mais profundamente arraigados e das próprias formas de contar a história da abolição. Ao analisar a trajetória política e jornalística do icônico abolicionista Rui Barbosa, Wlamyra Albuquerque²⁵ nos mostra a representação de abolição como resultado da ação de uma raça emancipadora teoricamente responsável por conduzir a raça emancipada. Nesse discurso, os negros, assimilados mecanicamente a ex-escravizados, mesmo quando nem sequer tivessem chegado a ser cativos, ou ainda que tivessem obtido sua alforria antes do treze de maio deveriam, naturalmente, aderir à República recém instalada.

Rompendo com o estigma da “vala comum”, onde teriam sido jogados homens e mulheres negras no pós-abolição, considerados tanto nas narrativas de intelectuais e políticos brancos da época, quanto da sociologia da década de 1950/60²⁶ como incapazes do exercício consequente da política, anômicos, ou inadaptados ao capitalismo moderno, a historiografia vem mostrando as diferentes perspectivas políticas que compunham o meio negro. Homens e mulheres negros engajaram-se em disputas entre monarquistas e republicanos, mas também acalentaram ideais socialistas,

²⁴ ALBUQUERQUE, Wlamyra. “A vala comum da ‘raça emancipada’”: abolição e racialização no Brasil, breve comentário. *História Social*, no. 19, segundo semestre de 2010, pp. 99 - 100.

²⁵ ALBUQUERQUE, Wlamyra. “A vala comum da ‘raça emancipada’”: abolição e racialização no Brasil, breve comentário. *História Social*, no. 19, segundo semestre de 2010.

²⁶ FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978.

anarquistas, comunistas. Lutaram por sua cidadania construindo suas próprias formas de organização como a imprensa negra, o Centro Cívico Palmares, a Frente Negra Brasileira, entre muitas outras e também se engajaram em movimentos e partidos operários.

É por meio da redefinição de seus pressupostos, tomando como referencial a agência dos sujeitos que a história social do trabalho passará a enfatizar relações de solidariedade entre trabalhadores livres e escravizados nas lutas abolicionistas e a ação negra nos primórdios da formação da classe operária no Brasil²⁷.

Os valores, discursos e referências culturais que articulam [a consciência da classe trabalhadora], entretanto, não surgem do nada. Desenvolvem-se a partir da experiência da exploração e das lutas de classe anteriores. Ou seja, numa sociedade como a brasileira, marcada por quase quatro séculos de escravidão, não seria possível pensar o surgimento de uma classe trabalhadora assalariada consciente de si sem levar em conta as lutas de classe – e os valores e referências – que se desenrolaram entre os trabalhadores escravizados e seus senhores, particularmente no período final da vigência da escravidão, quando a luta pela liberdade envolve contingentes cada vez mais significativos de pessoas. (...) Trabalhadores escravizados e livres partilharam formas de organização e de luta, gerando valores e expectativas comuns, que acabariam tendo uma importância central para momentos posteriores do processo de formação da classe.²⁸

Importa notar, ainda, que no exercício de enegrecimento da historiografia dos mundos do trabalho no Brasil, homens e mulheres negros e negras têm ascendido não apenas como coletividade, mas nominalmente enquanto indivíduos, tais como Vicente de Souza, ativista

²⁷ DUARTE, Leila Menezes. **Pão e liberdade**: uma história de padeiros escravos e livres na virada do século XIX. Rio de Janeiro: Aperj/Mauad, 2002. NEGRO, Antonio Luigi e GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. **Tempo social [online]**, v.18, no.1, 2006.

²⁸ MATTOS, Marcelo Badaró. Trajetórias entre fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 1, no. 1, janeiro-junho de 2009, pp. 55, 63, 64.

negro que migrou do republicanismo radical ao socialismo, estudado por Ana Flávia Magalhães Pinto.²⁹

Diante desse quadro renovado, há, ainda, significativos desafios a encarar na perspectiva da ruptura com histórias únicas da formação da classe trabalhadora no Brasil. Em artigo publicado na revista *Estudos Históricos*, em 2016, Álvaro Pereira do Nascimento reabre o debate em torno do chamado “paradigma da ausência” na produção historiográfica dos mundos do trabalho mostrando as dificuldades interpostas pelas permanências do eurocentrismo como problema para nossa cultura acadêmica.

Se por um lado, a historiografia orientada pelos paradigmas da branquitude naturalizada pelo eurocentrismo deixava de atentar para a cor dos trabalhadores das fábricas e integrantes do movimento operário, por outro, tendia a creditar como parte efetiva da história da classe apenas as formas de organização trabalhistas familiares ao mundo ocidental. Assim que:

A própria cor dos trabalhadores geralmente passava em branco nas páginas das obras. Em termos metodológicos, os autores abraçavam-se a categorias profissionais, étnicas e nacionais, mas quase nada discutiam acerca dos conflitos e solidariedades no tocante à cor dos trabalhadores, chave fundamental para incluir o racismo como um problema histórico na historiografia dos mundos do trabalho.³⁰

Álvaro Nascimento detecta a necessidade de superarmos a tendência ainda existente entre nós de nos limitarmos aos paradigmas fundados na experiência dos trabalhadores europeus, surgidas com o fenômeno da industrialização.

²⁹ PINTO, Ana Flávia Magalhães. Vicente de Souza, homem de cor e homem universal: posicionamentos sobre raça na trajetória de um abolicionista, republicano e socialista negro no final do século XIX. In: **Anais do 8º Encontro Escravidão e liberdade no Brasil meridional**, Maio de 2017. Disponível em: Oitavo Encontro (escravidaoeliberdade.com.br)

³⁰ NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, setembro-dezembro 2016, p. 613.

Afinal, quando somente procuramos greves, criação de sindicatos, imprensa operária, a origem do movimento operário etc., estamos realizando esse tipo de abordagem. Mantemos eurocêntricos, partindo dos paradigmas de implantação da industrialização e do capitalismo na Europa, para trabalharmos o movimento operário e o surgimento da classe aqui, quando a realidade de países que experimentaram a escravidão moderna ou viveram dentro de hierarquias raciais, étnicas e de gênero complexas exigia e exige muito mais reflexões a partir de diálogos interseccionais que aqueles imaginados enquanto essencialmente brancos e europeus.³¹

De acordo com Quijano³² o eurocentrismo é a perspectiva cognitiva dos educados sob sua hegemonia. No exercício de desnaturalização das estruturas de pensamento ocidentais que marcam nossa produção de conhecimento histórico é válido lançarmos luz sobre os processos educacionais e sua história não só na escola, mas nos diversos espaços sociais, entre eles a educação que se processa nos mundos do trabalho.

Ao defendermos que a classe trabalhadora no Brasil teve formas próprias de se educar, faz-se pertinente interrogarmos como as questões raciais estiveram, ou não, presentes em seus processos educacionais e formativos. Ensaíamos algumas hipóteses delimitando, em um primeiro momento, o universo da imprensa operária paulista do início do século XX com o objetivo de verificar indícios da problemática étnico-racial entre os trabalhadores e compreender de que forma a imprensa operária educava os trabalhadores para as relações étnico-raciais.

³¹ NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 29, no 59, setembro-dezembro 2016, p. 615.

³² QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boa Ventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do sul**. Coimbra, Portugal: Edições Almedina, 2009, pp. 74-75.

2- Imprensa operária como fonte e objeto para discussão da questão racial

Um olhar sobre a historiografia do movimento operário, ou mesmo da educação da classe trabalhadora no período aqui estudado, identifica a tradição que privilegia, sobretudo, os trabalhadores anarquistas com ênfase nas questões doutrinárias e de projetos, bem como as ações das lideranças. Nessa historiografia, a imprensa operária é fonte privilegiada. Longe de negarmos sua centralidade, marcamos o propósito de matizar a versão ainda corrente segundo a qual imigrantes politizados aportaram no Brasil, no início do século XX, trazendo para cá as ideologias operárias que educaram e organizaram a classe. Essa seria uma história, mas não a única história da formação da classe trabalhadora em São Paulo.

Certamente o mito do imigrante, sobretudo o italiano, como construtor de São Paulo não foi uma invenção apenas da imprensa operária. Santos³³, em tese de título sugestivo, defende que *Nem tudo era italiano*. Apresenta a participação de trabalhadores e populações pobres nacionais do início do século XX na construção da cidade. Apreende-os, porém, marginalmente, em fotografias que, ao pretenderem retratar o progresso da cidade, captaram no fundo da cena, fora do foco, esses sujeitos. Por outro lado, o autor demonstra o discurso veiculado na grande imprensa e em publicações oficiais como Anuários Estatísticos da cidade, que exaltavam a modernização de São Paulo e a contribuição da massa de trabalhadores imigrantes neste empreendimento. Segundo o Anuário Estatístico da Seção Demográfica de 1911, “Mesmo o progresso de São Paulo é evidente devido à influência do elemento estrangeiro, que concorre com seu espírito adiantado para a multiplicação de nossa população”³⁴.

Entendendo que as questões étnico-raciais e de nacionalidades eram fortes motivos de tensão em toda sociedade brasileira no pós-abolição

³³ SANTOS, Carlos José Ferreira. **Nem tudo era italiano**: São Paulo e pobreza (1890-1915). 3. ed. São Paulo: Anablume: Fapesp, 2008.

³⁴ SANTOS, Carlos José Ferreira. **Nem tudo era italiano**: São Paulo e pobreza (1890-1915). 3. ed. São Paulo: Anablume: Fapesp, 2008, p. 31.

e, não menos, no seio da classe trabalhadora, procuramos atentar para o tratamento determinista presente em algumas publicações da imprensa operária que atribuíam à diversidade racial dificuldades e até mesmo fracassos na organização da classe. Giovanni Scala, militante socialista, em artigo para o jornal *Avanti!*, em 1914, assim lamentava:

O que mais impressiona os socialistas que chegam aqui em São Paulo, provenientes do exterior, é a falta de organização operária. [...] Em São Paulo tentou-se várias vezes atrair a massa operária para órbita da organização de classe, mas só perdeu-se tempo e palavras. O proletariado não dava sinais de vida. [...] Aqui faltando uma classe proletária nacional, característica do ambiente e do período histórico da produção, foi-se formando, ao invés dessa, uma classe acolhedora de elementos disparatados, de raça e de condição social, que vão do japonês ao homem de cor...³⁵.

Da mesma forma, Astrogildo Pereira, militante anarquista que se tornou, mais tarde, fundador do Partido Comunista, no artigo “Nada de Precipitação”, publicado em *A Plebe*, 1921, faz seu “exame rigoroso das causas determinantes das sucessivas crises por que tem passado a organização”.³⁶ Para tanto, toma como parâmetro o movimento operário europeu, considerado mais adiantado, inclusive porque parte da história de povos “mais civilizados”. Não se trata de cobrarmos anacronicamente que os trabalhadores vissem a história e a sociedade sem as lentes do etnocentrismo e do racismo hegemônicos nas primeiras décadas do século XX. Trata-se de pensar os conflitos existentes no seio da classe trabalhadora no processo de sua formação e quanto o pensamento racista/etnocêntrico – e não a diversidade étnico-racial – pode ter representado uma limitação nesse processo. Para Astrogildo, um dos principais fatores das “sucessivas crises” era o ambiente:

³⁵ HALL, Michael M. & PINHEIRO, Paulo Sérgio. **A Classe Operária no Brasil (1889 – 1930)**. Documentos. Vol. I. O Movimento Operário. São Paulo: Editora Alfa e Ômega, 1979, p. 224.

³⁶ PEREIRA, Astrogildo. Nada de Precipitação. **A Plebe**, no. 120, 4 jun. 1921.

Já se vê que é esta uma causa geral e inevitável – mas que pode e deve ser atenuada e superada. E, desde logo, o “ambiente” brasileiro aparece aos olhos do menos perspicaz observador como um ambiente mais desfavorável que favorável ao desenvolvimento da organização obreira. Somos um país sem tradições de luta proletariana [sic]. Nossa população operária é essa mescla de raças que se sabe. O analfabetismo, a ignorância integral das massas, mantém-nas longe do contato das correntes contemporâneas de reivindicação social. [...] Os operários do Brasil não formam um bloco homogêneo do ponto de vista racial: país de imigração, de raças e sub-raças diversas aqui se mesclam, desordenadamente.³⁷

É importante observar que, ao lado do problema da heterogeneidade e das “mesclas desordenadas” entre “raças e sub-raças”, estava posto quase como consequência “o analfabetismo e a ignorância integral das massas”. Três condições independentes –heterogeneidade étnico-racial, analfabetismo e ignorância – constituem um amálgama pelo qual o intelectual compreende “as massas” trabalhadoras.

É inegável a percepção de que o Brasil foi e é um país com intensos conflitos decorrentes das desigualdades socioeconômicas e do racismo. Dessa forma, partindo das pressupostas disputas políticas protagonizadas por ex-escravizados no chamado contexto de pós-emancipação em que os dirigentes da nação apostavam em uma política de branqueamento apoiada no fluxo intenso de imigrantes europeus, buscamos compreender como a imprensa operária lidava com essa questão, se é que tratava sobre o tema. Entendemos que o não tratamento do tema também posiciona o movimento operário e nos oferece indícios sobre o processo de formação da classe trabalhadora no Brasil.

Dessa forma, trabalhamos com discursos pronunciados e silenciados em periódicos da imprensa operária paulista do início do século XX, mais especificamente: *O Amigo do Povo*, *A Lanterna* e *A Plebe*, todos eles de cunho

³⁷ HALL, Michael M. & PINHEIRO, Paulo Sérgio. **A Classe Operária no Brasil (1889 – 1930)**. Documentos. Vol. I. O Movimento Operário. São Paulo: Editora Alfa e Ômega, 1979, p. 251. _____

anarquista, disponibilizados em acervo *online* na Hemeroteca Digital do Centro de Documentação e Memória da Unesp - CEDEM.

3- Visões de liberdade e escravidão na imprensa operária

Amparados pela historiografia anteriormente apresentada e pelas análises do material empírico coletado foi possível verificar os posicionamentos de uma parcela da imprensa operária no pós-abolição no Brasil. Por meio dos periódicos analisados,³⁸ buscamos interpretar a compreensão que os jornais anarquistas tinham sobre a escravidão africana e afro-brasileira abolida formalmente, mas cujas fortes marcas e consequências – sobretudo o racismo – persistiram na sociedade da época, em que não se realizaram políticas públicas de acolhimento e de inserção social dos homens e mulheres livres e libertos. Lara³⁹ evidencia que, para compreender o racismo, é necessário repensar as relações entre liberdade e escravidão. São esses os dois conceitos aqui investigados.

Ressaltamos que o intervalo entre 1902 e 1917, no qual estão concentradas as edições dos periódicos investigados, faz parte do momento considerado pela historiografia como formação da classe trabalhadora em São Paulo e no Brasil. Interessa-nos compreender as especificidades desse processo em um país de passado (então muito recente) escravista. Notamos uma tendência ao silenciamento de questões relativas à raça e cor com esporádicas menções aos seus termos num contexto em que a unidade da classe trabalhadora buscada pelas lideranças do movimento operário inclinava-as a evitar fatores de cisão como diferenças de cor,

³⁸ Os periódicos em estudo foram encontrados em formato digital e foram disponibilizados online pela Hemeroteca Digital da Unesp (CEDEM) e pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). São eles: os números 02, 04 e 10 de *O Amigo do Povo* publicados no ano de 1902; os números 02, 24, 30 e 32 de *a Terra livre* publicadas nos anos de 1906 e 1907; as edições 01, 02, 03, 05 e 06 de *A Rebelião* publicadas no ano de 1914; os números 255, 258 e 262 de *A Lanterna* publicadas no ano de 1914; os números 01 a 19, o “Suplemento” (1917), e os números 64, 117 e 123 de *A Plebe* publicadas entre 1917 e 1921.

³⁹ LARA, Sílvia Hunold. Introdução: a história social e o racismo. Dossiê - Racismo: história e historiografia. **História Social**, no. 19, 2010.

credo religioso, etc. Para além do meio operário, mas nele atuante, vigorava o racismo como ideologia social e teoria científica adensando um caldo de cultura em que se naturalizavam hierarquias entre brancos e negros.

Em meio a silêncios e naturalizações sobre raça e cor, um termo se fez presente de forma prolífica nos jornais em tela: escravidão. Encontramos volume significativo de referências ao sistema escravista – este que, antecedendo a implantação do capitalismo no Brasil, segundo uma linha evolutiva de matriz europeia, induzia, por vezes, a classificação da sociedade brasileira como “feudal” até fins do século XIX. Na concepção de história majoritária aos autores dos artigos analisados, embora a abolição da escravidão fosse um marco de transformação social – o advento do trabalho livre assalariado e afirmação do capitalismo – ela não se completara como libertação dos escravos. Que sentidos de escravidão e abolição construíram o universo de compreensão do mundo e da história dos trabalhadores e trabalhadoras que produziam e consumiam a imprensa operária paulista? Este é o debate feito nas páginas seguintes.

Os diferentes significados de escravidão presentes nos periódicos serão abordados de forma gradativa, desde os sentidos mais genéricos até os mais específicos. Por meio das publicações, alguns autores apresentavam a escravidão como uma condição péssima: “Reduzir o homem á escravidão é uma tyrannia abjecta:⁴⁰ á mendicidade, uma vileza inqualificavel”.⁴¹ Em outros casos, o termo escravidão era acompanhado da palavra opressão: “o nosso querido amigo procura eximir-se um pouco á sanha da *Camorra* local, sem deixar, comtudo, de estar sempre a postos na defesa dos opprimidos e dos escravos”.⁴² Semelhante à identificação com opressão, a escravidão foi utilizada para se referir à dominação: “Emfim: é preciso agir antes que tenhamos de ser completamente escravizados quer pela gloria da França ou pela ufanía da confederação Germanica.”⁴³

⁴⁰ Por escolha pessoal, os trechos dos jornais foram transcritos de forma mais fiel possível em relação aos originais, sem realizar ajustes gramaticais e de escrita. Essa medida não dificulta a compreensão do texto.

⁴¹ A PLEBE, 23 de junho de 1917, p. 3.

⁴² A PLEBE, 14 de outubro de 1917, p. 2.

⁴³ A PLEBE, 04 de agosto de 1917, p. 4.

Nessa concepção generalizante, a história da humanidade referenciada na história do mundo ocidental esteve constantemente marcada por grupos sociais que se assemelhavam ou se equalizavam aos escravos modernos, como os hilotas na Grécia Antiga,⁴⁴ os escravos da Roma Antiga,⁴⁵ os vassalos da Idade Média.⁴⁶ Nessa sucessão, a escravidão do assalariado seria tão vergonhosa quanto as anteriores.

Eram também comuns as referências à escravidão da pátria e da religião como no texto *Resenha de uma operária*: “Enquanto não conseguirmos sanear o espírito dos homens de todos os preconceitos, quer religiosos ou patrióticos, haverá sempre escravos sobre a terra...”⁴⁷ Estas seriam modalidades do que era apresentado como “escravidão política”, como a que teria sido abolida pela Revolução Russa em 1917: “Kerensky defendeu-se afirmando que a Rússia libertada da escravidão política devia vibrar um golpe na Alemanha, único baluarte da reação monarchica.”⁴⁸ Mais diretamente relacionado ao sistema escravista até a pouco vigente no Brasil estava o entendimento da escravidão como propriedade sobre terceiros, descrita no artigo *A escravidão moderna*: “O escravo constituía um valor, uma propriedade na mão de quem o possuía (...)”⁴⁹

Além dos que já foram mencionados, vários são os sentidos genéricos e possíveis para a escravidão que chegava a abranger toda a “humanidade escrava”.⁵⁰ Entretanto, nossos questionamentos direcionam-se para a especificidade da sociedade brasileira nas primeiras décadas do século XX. Quais eram as representações da imprensa operária, se existentes, a respeito da recém abolida escravidão de africanos e seus descendentes, mas também de indígenas, vigente no Brasil por quase quatro séculos? Seu reconhecimento como fato histórico era perceptível: “(...) pode correr de

⁴⁴ A REBELIÃO, 01 de maio de 1914, p. 3.

⁴⁵ A PLEBE, 22 de setembro de 1917, p. 3.

⁴⁶ PEREZ, Juan Bautista. Sempre os mesmos. **O Amigo do Povo**, São Paulo, 16 de agosto de 1902, p. 1.

⁴⁷ RUTI, Isa. Resenha de uma operária. **A Plebe**, São Paulo, 07 de outubro de 1917, p. 2.

⁴⁸ A PLEBE, 28 de julho de 1917, p. 2.

⁴⁹ RIGA, Pinho de. Escravidão moderna. In: **A Rebelião**, São Paulo, 17 de maio de 1914, p. 2.

⁵⁰ A PLEBE, 21 de outubro de 1917, p. 1.

outra fôrma porque os escravocratas, outr’ora proprietários de escravos, acharam muito commodo implantar este novo regimen de servidão”.⁵¹ Ou seja, os periódicos analisados expressam a consciência de que o Brasil viveu por um longo período de escravidão: “sabemos que sobre nós pezam seculos de ignorancia e escravidão”.⁵² Além disso, denunciavam a extrema violência que caracterizou aquele período: “De facto, estamos sendo martyrisados pelo regimen do chicote e do chanfalho”.⁵³

Da mesma forma, os semanários registram o evento da abolição no Brasil, inclusive sendo chamada de “dia em que se aboliu a escravidão negra”.⁵⁴ Ao discutirem os significados e as mudanças sociais provocadas pelo treze de maio, a ideia transmitida com mais frequência é a de que a abolição tinha sido incompleta, pois que somente a libertação promovida pelo movimento operário, especialmente sua vertente anarcossindicalista, no caso dos textos aqui analisados, seria efetiva como permite perceber o artigo *Ao que vimos: rumo à revolução*: “quando soar a hora em que aos quatro ventos da terra dos abolicionistas audazes tiver de ser desfraldada a rubra bandeira da nossa *verdadeira* libertação”.⁵⁵

Nesta mesma linha de argumentação, abolição e democracia no Brasil seriam enganosas: “Enganava-se por completo quem suppunha que em pleno regimen democratico, na terra de Joaquim Nabuco, Luiz Gama e tantos outros estrenuos paladinos do Abolicionismo, a escravidão havia desaparecido e com ella as prerogativas que o feudalismo então usufruia”. Persistiria, nos dizeres dos redatores e colaboradores da imprensa operária, a escravidão do trabalho: “diante das feridas abertas na carne miseravel dos escravos do trabalho”.

⁵¹ CARVALHO, Florentino de. O momento – O porquê das Gréves. **A Plebe**, São Paulo, 09 de julho de 1917, p. 1.

⁵² UM CAIPIRA. A imprensa honesta. In: **A Plebe**, São Paulo, 25 de agosto de 1917, p. 1.

⁵³ CARVALHO, Florentino de. A republica dos “Briganti”. **A Plebe**, São Paulo, 23 de junho de 1917, p. 2.

⁵⁴ CANELLAS, Antonio. Ecos de Alagôas – Uma cruzada que se impõe – A libertação dos trabalhadores ruraes. In: **A Plebe**, São Paulo, 23 de junho de 1917, p. 2.

⁵⁵ LEUENROTH, Edgard. Ao que vimos: Rumo á Revolução Social. **A Plebe**, São Paulo, 09 de junho de 1917, p. 1. Grifos nossos.

Quem seriam os escravos do trabalho, ou os escravos que não foram contemplados pela Lei Áurea? Uma das respostas, com sentido genérico, seria o “povo que tudo produz”.⁵⁶ Outra interpretação possível ao considerarmos o artigo *Eco de Alagoas – Uma cruzada que se impõe – a libertação dos trabalhadores rurais*⁵⁷ é a de que os trabalhadores rurais eram os escravizados. Havia também menção aos “trabalhadores das fábricas, dos campos agrícolas e das minas”⁵⁸ e aos proletários: “arrazoando comsigo que ser proletário é ser escravo”. Compreende-se que foi determinante em sua concepção de escravidão o fato dos periódicos serem anarquistas e com foco na organização dos operários como vemos em: “o operariado desta cidade vegetou na mais humilhante apathia (...) sem proferir um só grito de revolta. Ultimamente, porém, cansado de supportar o peso de sua escravidão, começou a organizar se em ligas e sindicatos”.

O anarcossindicalismo no Brasil e seus teóricos nacionais sofreram forte influência do anarquismo europeu; tais influências podem nos ajudar a compreender os elementos constitutivos de uma visão de escravidão genérica e deslocada da especificidade da escravidão histórica brasileira presente na imprensa operária paulista. Há dois exemplos em que *A Plebe* publicou textos escritos por teóricos renomados que assimilavam operários a escravos, o primeiro de Élisée Reclus e o segundo de Tolstói: “Na sociedade actual, toda a autoridade é exercida de amo para escravos, seguindo uma lei logica. (...) E’ preciso que o filho do trabalhador entre muito novo para a fabrica, que se torne muito cêdo o escravo da machina formidavel que tece a lã e malha o ferro”⁵⁹ e “No VIII capitulo aprofunda se mais o seu genio, esclarecendo ao operario os motivos que o prendem a escravatura”.⁶⁰

⁵⁶ DEMOCRITO. Fome! **A Rebelião**, São Paulo, 09 de maio de 1914, p. 1.

⁵⁷ CANELLAS, Antonio. Ecos de Alagôas – Uma cruzada que se impõe – A libertação dos trabalhadores rurais. **A Plebe**, São Paulo, 23 de junho de 1917, p. 2.

⁵⁸ PENTEADO, João. A Patria e as guerras. **A Rebelião**, São Paulo, 09 de maio de 1914, p. 2.

⁵⁹ RÉCLUS, Elyseu. O futuro dos nossos filhos. **A Plebe**, São Paulo, 14 de outubro de 1917, p. 3.

⁶⁰ CARNEIRO, Afonso. Aos operarios. **A Plebe**, São Paulo, 30 de outubro de 1917, p. 3.

Frequentemente, os jornais traziam discussões a respeito da exploração e da luta dos operários e nomeavam como escravidão moderna o trabalho que ocorre em diferentes modalidades no sistema capitalista: “Tambem as operarias já concorrem áquellas, dando com isso a prova de que até as mulheres se vão interessando pela causa da libertação dos escravos modernos”⁶¹ e “(...) Vem este jornal ser um éco permanente de lamentações (...) que desde os seringaes da Amazonia aos pampas sulinos, em terra, no mar, nas escuras galeiras do subsolo, nos ergástulos industriaes ou nos invios sertões vive sempiternamente a mourejar, em condições de escravos modernos”⁶². O principal ícone da escravidão moderna seria o que os jornais chamavam de escravidão industrial, onde os detentores da propriedade privada dos meios de produção exploravam os operários que respondiam com as armas disponíveis à luta, porém sempre em desvantagem: “As gréves vão se alastrando pelos bairros onde campeia o roubo e a escravidão industrial. Os proprietarios, em virtude da attitude dos grevistas, não terão outro recurso senão ceder ás modestas reclamações dos operarios”.⁶³

Segundo J. R. Andrews⁶⁴: “A imprensa operária e dos imigrantes tendia a concordar em considerar a vida industrial moderna, não a escravidão, como a causa dos males sociais que afetavam toda a classe trabalhadora, tanto brancos como negros”. O autor, um dos primeiros a problematizar as relações raciais no seio da classe operária após a abolição, nos ajuda a compreender possíveis razões para que os operários não discutissem, com frequência, a escravidão negra e indígena que ocorreu no Brasil, já que os industriais explorariam igualmente todos os trabalhadores. Estariam, portanto, todos submetidos à nova escravidão dos salários. “Não ha desdouro nisto, antes pelo contrario, por um momento, cobertos

⁶¹ A PLEBE, 11 de agosto de 1917, p. 3.

⁶² LEUENROTH, Edgard. Ao que vimos: Rumo á Revolução Social. **A Plebe**, São Paulo, 09 de junho de 1917, p. 1.

⁶³ JOLY. Notas simples. **A Plebe**, São Paulo, 09 de julho de 1917, p. 2.

⁶⁴ ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo, (1888-1988)**. Bauru, SP: EDUSC, 1998, p. 131.

pela blusa do trabalhador elles nobilitam-se, se bem que empreguem as forças que lhes restam da abjecta caserna num serviço util... aos parasitas e nocivo aos escravos do salario”.⁶⁵ Estariam todos, da mesma forma, dependentes e submissos ao dinheiro. “Então não se veria mais gente como o eremita (I) de *Notre Dame de Grace* e outros a mendigar um metal de que elles se tornam escravos e victimas”.⁶⁶ Dentro do contexto da escravidão moderna, do operariado, do salário e da vida industrial, é possível reunir essas perspectivas em uma única análise: a escravidão do capital.

Todos os indícios, até aqui, nos apontam a visão majoritária da imprensa operária de que os operários eram os novos escravos. Mas o que é possível entender, a partir daqueles periódicos, a respeito do sujeito que fora escravizado africano e afrodescendente no Brasil das primeiras décadas do século XX? Uma das principais representações veiculadas era a do escravizado como um ser passivo, obediente e ignorante – e nisso também não se distanciaria das massas populares e trabalhadores inconscientes e desorganizados. No trecho a seguir, o escravo era caracterizado por ser “irredento”: “(...) que era necessario lutar sem treguas, pois todo trabalhador que não luta é homem perdido para a causa da emancipação humana: é um escravo irredento”.⁶⁷ Além disso, o escravo era apresentado como um ser ignorante: “è a politica mais eficaz para banir dos sindicatos a acção educadora, a obra de emancipação intelectual dos trabalhadores, mantendo-os na “universal escravidão, pela universal ignorancia”.⁶⁸ Assim, nesse registro genérico, os escravos eram apresentados como indivíduos alheios à luta e ignorantes. Apenas a conscientização poderia fazer o escravo deixar de ser escravo.

Os artigos, ao mencionarem que os operários se encontravam subjugados por um regime de escravidão, convocavam o povo a lutar por melhores condições de vida e pela própria emancipação. No entanto, esse chamamento esbarrava em barreiras do determinismo quando afirmavam

⁶⁵ BESSA, Frederico. Cronica do Rio. **A Terra livre**, São Paulo, 06 de janeiro de 1907, p. 2.

⁶⁶ RAVACHOL, Koëningstein. Duras palavras. **A Plebe**, São Paulo, 07 de outubro de 1917, p. 1.

⁶⁷ PARDINI, G. Pelo Brasil – Ribeirão Pires. **A Rebelião**, São Paulo, 07 de junho de 1914, p. 4.

⁶⁸ CRISPIM, João. Modalidades do sindicalismo. In: **A Rebelião**, São Paulo, 01 de maio de 1914, p. 3.

que “o trabalhador caiu na escravidão há já muitos séculos e que pela força do destino, da hereditariedade, do hábito adquirido e da ameaça das armas continua subsistindo com nome diferente de outr’ora, mas com as mesmas características”⁶⁹ e “Que nos resta pois? A legalidade, a resignação, a obediência? Se por infelicidade, nos detivessemos com esses deploráveis meios, em breve teríamos a mais degradante escravatura”.⁷⁰ Ou seja, os trabalhadores eram apontados como indivíduos passivos, ignorantes, submissos ou que tinham medo de se revoltar.

Chalhoub⁷¹, ao mostrar que, apesar do sistema de escravidão, os escravos, os livres e os libertos foram sujeitos históricos fundamentais ao agirem por conta própria e terem noção e consciência de seu papel e de seu estado, se distanciou de grande parte da historiografia sobre escravidão vigente até a década de 1980, que tratava os escravos como seres passivos, sem consciência e sem capacidade de pensar e agir independentemente. Em *A força da escravidão* o autor apresenta que, por exemplo, os escravos ilegais (pós lei de proibição do tráfico negreiro de 1831) sabiam que estavam em situações diferentes dos legais, eles tinham conhecimento das decisões burocráticas do Império e estavam em constante busca por condições “menos piores” de vida em relação a que possuíam em algumas circunstâncias, tais como evitar determinadas regiões e senhores de escravos, decidir entre ser escravizado para trabalhar em obras públicas ou servir à Guarda Nacional, ou até admitir/mentir, em caso de prisão, sua condição de liberdade ou não, omitindo ou inventando histórias sobre seu passado.

Já J. R. Andrews⁷² em seus estudos sobre *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)* demonstrou que, após a abolição, os libertos e os livres tinham capacidade de negociar com seus antigos donos. O autor revelou

⁶⁹ DEMOCRITO. Valor do trabalho. **A Rebelião**, São Paulo, 17 de junho de 1914, p. 2.

⁷⁰ MONTENEGRO, José L. A Greve Gerai. **O Amigo do Povo**, São Paulo, 01 de maio de 1902, p. 1.

⁷¹ CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão – Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

⁷² ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo, (1888-1988)**. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

o poder de escolha e barganha que os livres e os libertos tinham e do qual faziam uso para que se distanciarem o máximo possível de suas condições anteriores durante a escravidão. Tais demandas, inclusive, já ocorriam antes mesmo da escravidão ter sido formal e legalmente abolida, em um processo em que a luta, a organização e a formulação de reivindicações feitas por pessoas negras escravizadas devem ser consideradas como parte da formação da classe trabalhadora no Brasil.

Além das diferentes interpretações de escravidão, os jornais operários abordavam a questão de cor, ainda que com muito menos frequência e, em geral, sem problematizar o racismo: “antes existia a escravidão dos pretos e hoje a escravidão dos pretos e dos brancos”.⁷³ Sob a mesma lógica afirma Riga:

Aboliu-se a escravidão africana, mas a escravidão nem por isso desapareceu. Deixou-se de importar negros da África, mas importa-se brancos da Europa e amarelos da Ásia: variou-se de cor, não de sistema. E se alguém lucrou com a evolução da escravatura, foram precisamente os negreiros, os fazendeiros, os industriais, não propriamente os escravizados.⁷⁴

A equalização entre negros e brancos entendida pela imprensa operária é apontada por Andrews:

Uma abordagem mais pessimista era que os trabalhadores negros e brancos eram iguais, não em seus direitos, mas em sua degradação comum, pois todos os trabalhadores, independente de sua raça, continuavam escravizados e oprimidos pelo capitalismo. “O salariedade é a forma moderna da escravidão”; “a escravidão morreu de nome mas não de fato”. Esta equalização implícita de negros e brancos às vezes tornava-se explícita, como em um artigo denunciando o vigésimo aniversário da Lei Áurea.⁷⁵

⁷³ CRISPIM, João. Crônica de nossa Excursão de Propaganda – Conquista. **A Rebelião**, São Paulo, 17 de junho de 1914, p. 2.

⁷⁴ RIGA, Pinho de. Escravidão moderna. **A Rebelião**, São Paulo, 17 de maio de 1914, p. 2.

⁷⁵ ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo, (1888-1988)**. Bauru, SP: EDUSC,

Uma interpretação sobre a permanência da escravidão era de que “Tudo mudou na forma; mas a essência ficou, e o proletário continua sempre humilhado, numa degradante escravidão”.⁷⁶ Assim, ao tornar indistintas as formas históricas de escravidão até então existentes, esvaziava-se a compreensão da força desse sistema recém-abolido no Brasil, inclusive no determinante para a configuração socioeconômica, cultural e política em que o movimento operário atuava. Nenhuma forma de escravidão deveria ser aceita e métodos possíveis para a libertação da escravidão do capital eram a educação nas escolas racionalistas, a revolta e a união entre os proletários.

Falar de escravidão também significa falar de liberdade. Um acontecimento tematizado com alguma frequência pelos periódicos analisados foi o treze de maio de 1888, a data da abolição legal da escravidão no Brasil. Há referências ao período e à liberdade quando mencionavam que o operariado estava próximo de conquistar a sua “carta de alforria” ou que, como já mencionado em abolição incompleta, o operário só se tornaria livre no Brasil com um novo 13 de maio. Ainda que a memória do regime escravista existisse entre os trabalhadores brasileiros e imigrantes pertencentes ao movimento operário, predominava entre eles a concepção de que a abolição não livrou os trabalhadores da “verdadeira” exploração.

O treze de maio foi uma data muito celebrada e cujos sentidos foram disputados por diferentes setores sociais.⁷⁷ Próximo a data da abolição, os periódicos traziam artigos que discutiam como pauta principal a Lei Áurea. Em sua leitura procuramos questionar qual era a abordagem a respeito do treze de maio? A efeméride era celebrada ou criticada sob qual ponto de vista? Ela representou uma liberdade incompleta? Para quem?

1998, p. 104.

⁷⁶ PEREZ, Juan Bautista. Sempre os mesmos. **O Amigo do Povo**, São Paulo, 16 de agosto de 1902, p. 1.

⁷⁷ FILHO, Walter Fraga. O 13 de maio e as celebrações da liberdade, Bahia, 1888-1893. **História Social**, no. 19, 2010, pp. 63-90. DOMINGUES, Petrônio. “A redenção de nossa raça”: as comemorações da abolição da escravatura no Brasil. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, no. 62, 2011, pp. 19-48.

No dia 09 de maio de 1914 foi publicada na edição do jornal *A Rebelião* uma matéria nomeada “13 de maio”.⁷⁸ Esse texto informava que faltavam poucos dias para que o governo, os fazendeiros e os homens de cor comemorassem a data da abolição, considerando a escravatura apenas nominalmente abolida. Em seguida, o artigo trazia comentários de como a ciência, na época, por meio das doutrinas raciais,⁷⁹ hierarquizava física e intelectualmente a população justificando, dessa forma, a manutenção da escravidão. Na verdade, segundo os cientistas, “o certo é que nunca se procurou educar essa raça, para saber se realmente era susceptível de uma evolução e aperfeiçoamento mais rápido, como o é raça branca”.⁸⁰ Dessa forma o autor concluía que não se procurou educar os escravos porque a falta de educação somada ao trabalho excessivo contribuiria para mantê-los escravizados. Mesmo críticos à continuidade de exploração dos negros, à negação de seu acesso à educação e ao próprio racismo científico, *A Rebelião* traz uma dúvida sobre a igualdade de capacidades entre negros e brancos e expõe seus limites na ruptura com hierarquias raciais que vinham se cristalizando: fazia-se necessário educar os negros para comprovar se eram realmente suscetíveis de evolução e aperfeiçoamento como os brancos, pois tal capacidade não lhes era pressuposta.

Concepções arraigadas sobre a inferioridade intelectual dos negros expressam-se em um trecho seguinte do mesmo artigo de *A Rebelião* citado acima. Ao mesmo tempo em que evidenciava a revolta dos escravos e a compreensão que tinha das injustiças sociais, o autor afirmava que aqueles eram movidos por *rasgos de inteligência*: “No entanto, os escravos tinham rasgos de inteligência e compreendiam bem a tremenda injustiça do regimen a que eram submetidos. Tal é assim que se mantiveram em constante rebeldia, castigada com a morte, e infinidade de revoltas se produziram (...)”.⁸¹ Inferimos daí que, para o autor, os escravos, no caso, os negros,

⁷⁸ CRISPIM, João. 13 de Maio. *A Rebelião*, São Paulo, 09 de maio de 1914, p. 1.

⁷⁹ SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças*. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁸⁰ CRISPIM, João. 13 de Maio. *A Rebelião*, São Paulo, 09 de maio de 1914, p. 1.

⁸¹ CRISPIM, João. 13 de Maio. *A Rebelião*, São Paulo, 09 de maio de 1914, p. 1.

não eram pessoas dotadas de uma inteligência completa e que sua rebeldia e suas revoltas seriam mais instintivas do que racionais. As “incapacidades naturais” atribuídas à parcela negra dos trabalhadores brasileiros e as tensões derivadas das diferenças de raça/cor entre o conjunto da classe trabalhadora eram consideradas fatores que dificultavam a organização do movimento operário.

Essa injustiça, que não escapava às luzes da sua consciência, é a causa do ódio que mantiveram e mantêm contra a raça branca. Para eles a raça branca é raça dos escravistas. (...) E, efectivamente, dentre os brancos é que ainda saem os escravocratas modernos, com a atenuante de que é da mesma raça que sae maior contingente de rebeldes e de revolucionários.⁸²

Quase uma semana depois, *A Rebelião*, em 17 de maio de 1914, publicou um jornal com um escrito chamado “O 13 de Maio e a Acção Directa”.⁸³ O artigo relatava a história de um homem que, após escutar de um orador que elogiava o protagonismo da Princesa Isabel por extinguir a escravidão, gritou em prol dos cocheiros e dos caifazes. Esse senhor entendia que, na luta pela abolição, foram outras personagens, não os monarquistas, que tiveram um papel importante na libertação dos escravos aproveitando para explicar a forma de ação dos cocheiros: “As sinhás chegavam á estação acompanhadas das suas mucamas e moleques; enquanto um cocheiro, a distraia no trato do aluguel do carro, outro raptava-lhe os escravos e dava-lhes fuga”. Cabe aqui mencionar o conjunto de estudos recentemente realizados sobre a participação de diferentes categorias de trabalhadores na luta abolicionista nas últimas décadas do século XIX, como tipógrafos, padeiros e outros, como é o caso de *Pão e liberdade uma história de padeiros escravos e livres na virada do século XIX* em que Leila Duarte conta a história do padeiro, líder operário e abolicionista João Mattos.

⁸² CRISPIM, João. 13 de Maio. **A Rebelião**, São Paulo, 09 de maio de 1914, p. 1.

⁸³ MORTIÇO, Helio. O 13 de Maio e a Acção Directa. **A Rebelião**, São Paulo, 17 de maio de 1914, p. 1.

A Plebe, em maio de 1920, publicou um artigo chamado “*Sobre a data – O 13 de maio*”.⁸⁴ O artigo começa afirmando que “Os abolicionistas emanciparam, por lei, uma raça, concedendo-lhe direitos civis e políticos. Dessa data em diante *negro* começou a ser *gente*”.⁸⁵ Em seguida, é mencionada a condição péssima de vida dos escravos, para depois comparar a perseguição que os anarquistas sofriam com aquela que os abolicionistas passaram. E prossegue nas comparações das lutas abolicionista e operária: “E o que dóe, o que magôa, o que punge é que os filhos dos escravos de hontem sejam hoje os que substituam os antigos capitães do mato na negregada missão de engrossar as filheiras das falanges de ‘secretas’ espancadores de operarios (...)”.⁸⁶ O texto finaliza mencionando que brancos e negros continuaram escravos na luta pela integral liberdade.

Em outro número de *A Plebe* publicado em 14 de maio de 1921, ou seja, um dia após a efeméride da abolição da escravatura, há um texto intitulado “13 DE MAIO”⁸⁷ ocupando um pouco mais que a metade da primeira página. Cabe destaque à imagem que o acompanha. Ela representa um homem com as mãos para cima e correntes quebradas nos pulsos, como num ato de libertação. Lê-se na legenda: “Quando brilhará para a multidão oprimida dos escravos brancos, o sol de um 13 de maio de facto?”.⁸⁸ Logo no início, o artigo afirma que o grande motor da abolição da escravidão nos Estados Unidos teria sido o interesse da indústria manufatureira em ampliar seu mercado consumidor. Já no Brasil, país agrícola, as pressões determinantes por abolição teriam vindo do exterior, de uma opinião pública que vinha se espalhando na América do Norte e Europa em favor da libertação dos escravos. Ele sugere que “a legislação abolicionista tem em grande parte raízes na luta política. O ultimo acto legal, o de 13 de Maio de 1888, por exemplo, nasceu do intuito de salvar o imperio”.⁸⁹

⁸⁴ DIAS, Everardo. Sobre a data – O 13 de Maio. In: **A Plebe**, São Paulo, Maio de 1920, p. 1.

⁸⁵ DIAS, Everardo. Sobre a data – O 13 de Maio. **A Plebe**, São Paulo, Maio de 1920, p. 1.

⁸⁶ DIAS, Everardo. Sobre a data – O 13 de Maio. **A Plebe**, São Paulo, Maio de 1920, p. 1.

⁸⁷ A PLEBE, 14 de maio de 1921, p. 1.

⁸⁸ A PLEBE, 14 de maio de 1921, p. 1.

⁸⁹ A PLEBE, 14 de maio de 1921, p. 1.

Resulta, para o autor, que, em função de interesses econômicos e conveniências políticas, a abolição jurídica e formal promovida pela Lei Áurea teria operado a transmutação da escravidão negra, até então existente, em escravidão do capital que vitimava o trabalhador branco imigrante. “O escravo chama-se *colono* e é branco, e o Estado não é ‘negreiro’, mas agente de imigração. (...) Não faltam na fazenda os aparelhos da escravidão: o administrador, o capanga, o chicote, o tronco, a tortura, a sequestração das pessoas, o direito de *pernada*”.⁹⁰ O texto finaliza reafirmando que “a nova escravatura *branca* traz em si o germen da sua morte”.⁹¹

Figura 1: “Quando brilhará para a multidão oprimida dos escravos brancos, o sol de um 13 de maio de facto?”
(A PLEBE, 14 de maio de 1921, p. 1).



⁹⁰ A PLEBE, 14 de maio de 1921, p. 1.

⁹¹ A PLEBE, 14 de maio de 1921, p. 1.

Em *Uma bella noitada – A festa de ante-hontem em prol d’ “A PLEBE”*⁹² também publicado na edição de 14 de maio de 1921 encontramos uma visão alternativa àquela apresentada no artigo citado anteriormente sobre o treze de maio. O texto relata o discurso feito por “um camarada” para quem “não foi um decreto que libertou os negros da escravidão legal (...), mas sim a sua acção forte e decidida contra os seus senhores, que somente os declararam “livres” quando viram não ser mais possível abafar a (...) *revolta*”.⁹³ Ou seja, o orador reconhecia os negros escravizados como sujeitos que lutaram em prol da emancipação. Apesar disso, aquele camarada apontava para a continuidade da escravidão no Brasil e a necessidade da luta proletária por verdadeira emancipação “para se libertar do escravocrata dos nossos tempos, o capitalista, e assim organizar um novo 13 de maio que liberte de vez toda a humanidade”.⁹⁴

As publicações de maio de 1920 e maio de 1921 em *A Plebe*, um dos periódicos anarquistas mais longevos e difundidos entre a classe trabalhadora, descritas nos três parágrafos anteriores nos permitem destacar os dois últimos elementos que tencionamos abordar e que seriam fundamentais à compreensão das visões de escravidão e liberdade veiculadas pela imprensa operária paulista no pós-abolição. Em primeiro lugar, é possível dizer que a luta dos próprios escravizados, ou seu papel ativo na conquista de sua liberdade tendeu a ser esvaziado em momentos nos quais se afirmava o caráter falso ou incompleto da emancipação com o argumento de que a escravidão continuara existindo, mas agora como escravidão do capital e passara a vitimizar, sobretudo os brancos. Esse esvaziamento também se opera pela narrativa da abolição apenas como um ato jurídico resultado de grandes interesses econômicos (o desenvolvimento do capitalismo) e políticos (a tentativa de salvar a monarquia) e não fruto de muita luta e resistência dos escravizados e escravizadas. E mesmo quando se reconhece a “ação forte e decidida dos

⁹² A PLEBE, 14 de maio de 1921, p. 1.

⁹³ A PLEBE, 14 de maio de 1921, p. 1.

⁹⁴ A PLEBE, 14 de maio de 1921, p. 1.

negros contra seus senhores”, essa ação não ultrapassa o *status* de revolta, uma explosão irracional e não transformação revolucionária das estruturas sociais.

Em segundo lugar, relacionado ao mencionado esvaziamento do treze de maio e da luta abolicionista, sobretudo aquela protagonizada pelos próprios escravizados, podemos observar na construção da narrativa da imprensa operária a busca por uma culminância revolucionária e libertadora tendo como protagonista o proletariado organizado e consciente – aquele que correspondia ao arquétipo branco, masculino, eurodescendente – a classe emancipadora de uma humanidade supostamente universal.

4- Considerações finais

Após a análise dos jornais operários paulistas das primeiras décadas do século XX foi possível evidenciar diversos sentidos de escravidão e liberdade: desde os mais genéricos até os mais específicos. Frequentemente, os textos compararam a escravidão e o sofrimento a que estiveram submetidos os escravizados negros no Brasil com as más condições de vida e de trabalho dos operários. Sua narrativa sobre a história da classe trabalhadora no Brasil tende a obliterar o conteúdo racial de sua constituição quando opera sob o paradigma da passividade, ignorância ou irracionalismo dos escravizados; quando esvazia o sentido da liberdade conquistada por homens e mulheres negras reduzindo-a ao acontecimento jurídico da Lei Áurea, uma abolição incompleta ou falaciosa; quando, enfim, erige como verdadeira e completa emancipação a derrubada do sistema capitalista a ser levada a diante por uma classe emancipadora – o operariado consciente e organizado nos moldes do que seriam a consciência e organização existentes no mundo ocidental – sindicatos, ligas, partidos, jornais, manifestos entre outros.

Consideramos que a leitura da historiografia e das fontes selecionadas possibilitou sustentarmos a hipótese de que a negligência e silenciamento das questões de raça e cor na imprensa operária contribuíram, em

certa medida, também no seio da classe trabalhadora, para uma educação que naturalizou o racismo e o lugar subalternizado do negro na estrutura da sociedade capitalista construída a partir do pós-abolição.

Por fim nos cumpre posicionar que não se trata de esperar dos militantes operários no pós-abolição a partilha de nossas concepções contemporâneas de educação para as relações étnico-raciais, tampouco se trata de julgar e culpabilizar aqueles agentes sociais e políticos que, inclusive, estavam longe de ser um grupo homogêneo. Tais expectativas seriam anacrônicas, enquanto julgamentos e culpabilizações não são funções do (a) historiador (a). Entendemos, porém, que desnaturalizar os modos de vida em sociedade no presente e no passado compreendendo como se constituíram é uma das contribuições de nossa ciência. Os homens e mulheres que viveram a sociedade brasileira no pós-abolição, entre eles os (as) trabalhadores (as), foram formados (as) em meio ao aprofundamento dos processos de racialização e difusão de ideias racistas (inclusive com status de ciência). Esse aprendizado ocorria em escolas, mas também de forma mais difusa no cotidiano da produção e transmissão da cultura, no universo de suas experiências entre as quais destacamos as relações com a imprensa operária. Visibilizar o lugar da educação nesse processo nos possibilita, por contraposição, afirmar a importância de educações antirracistas em nosso tempo.

Referências

ALBUQUERQUE, Wlamyra. “A vala comum da ‘raça emancipada’”: abolição e racialização no Brasil, breve comentário. *História Social*, no. 19, segundo semestre de 2010.

ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo, (1888-1988)*. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

BAKUNIN, M. A Instrução Integral. In: BAKUNIN, M. *O Socialismo Libertário*. São Paulo: Global, 1979.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. *Negrinhos que por ahí andão: a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920)*. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Acesso em: 15 dez. 2024.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão – Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COSTA, Ana Luiza J. *O educar-se das classes populares no Rio de Janeiro entre a escolarização e a experiência*. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Acesso em: 15 dez. 2024.

DOMINGUES, Petrônio. “A redenção de nossa raça”: as comemorações da abolição da escravatura no Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, no. 62, pp. 19-48, 2011.

DUARTE, Leila Menezes. *Pão e liberdade: uma história de padeiros escravos e livres na virada do século XIX*. Rio de Janeiro: Aperj/Mauad, 2002.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978.

FILHO, Walter Fraga. O 13 de maio e as celebrações da liberdade, Bahia, 1888-1893. *História Social*, no. 19, 2010, pp. 63-90.

FONSECA, Marcus V. *Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX*. 2007. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Acesso em: 15 dez. 2024.

HALL, Michael M. & PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A Classe Operária no Brasil (1889 – 1930)*. Documentos. Vol. I. O Movimento Operário. São Paulo: Editora Alfa e Ômega, 1979.

LARA, Silvia Hunold. Introdução: a história social e o racismo. In: Dossiê - Racismo: história e historiografia. *História Social*, no. 19, 2010.

MAC CORD, Marcelo. *Andaimés, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880*. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. Acesso em 15 dez. 2024.

MACIEL, Laura Antunes. Do “o povo não sabe ler” para uma história dos trabalhadores da palavra. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d’água, 2006.

MARTINEZ, Alessandra. *Educar e instruir: a instrução popular na corte imperial – 1870 a 1889*. 1997. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997. Acesso em: 15 dez., 2024.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. *A socialização da força de trabalho: instrução popular e qualificação profissional no Estado de São Paulo – 1873 a 1934*. 1990. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

MATTOS, Marcelo Badaró. Trajetórias entre fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro. *Revista Mundos do Trabalho*, v.1, no. 1, janeiro-junho de 2009.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 29, no 59, pp. 607-626, setembro-dezembro 2016.

NEGRO, Antonio Luigi e GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Tempo social* [online]. 2006, v.18, no.1.

PASTORE, Victor Doutel. *Imprensa negra e imprensa operária: experiências, diálogos e tensões entre trabalhadores negros e imigrantes na São Paulo do pós-abolição (1915-1932)*. 2020. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Acesso em: 15 dez. 2024.

PERES, Eliane. *Templos de luz: os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875-1915)*. Pelotas: Seiva publicações, 2002.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. Vicente de Souza, homem de cor e homem universal: posicionamentos sobre raça na trajetória de um abolicionista, republicano e socialista negro no final do século XIX. In: *Anais do 8º Encontro Escravidão e liberdade no Brasil meridional*, Maio de 2017. Disponível em: [oitavo Encontro \(escravidaoliberdade.com.br\)](http://oitavoencontro(escravidaoliberdade.com.br))

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boa Ventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do sul*. Coimbra, Portugal: Edições Almedina, 2009.

SANTOS, Carlos José Ferreira. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)*. 3. ed. São Paulo: Anablume: Fapesp, 2008.

SILVA, Alexandra Lima da. Caminhos da liberdade: os significados da educação dos escravizados. *Revista Brasileira de Educação*, v. 23, 2018.

Fontes

A PLEBE. 13 DE MAIO. *A Plebe*, São Paulo, 14 de maio de 1921, p. 1.

A PLEBE. A greve no Sul. *A Plebe*, São Paulo, 01 de setembro de 1917, p. 2.

A PLEBE. Alerta, operários! *A Plebe*, São Paulo, 22 de setembro de 1917, p. 3.

A PLEBE. As guerras às organizações operárias. *A Plebe*, São Paulo, 30 de setembro de 1917, p. 2.

A PLEBE. Custosa “fita” trágico-grotesca – A farça patrioteira. *A Plebe* São Paulo, 30 de setembro de 1917, p. 2.

A PLEBE. Da tyrannia para a liberdade. *A Plebe*, São Paulo, 28 de julho de 1917, p. 2.

A PLEBE. Liga Operaria da Moóca. *A Plebe*, São Paulo, 07 de outubro de 1917, n. 16, p. 4.

A PLEBE. Liga Operaria da Moóca. *A Plebe*, São Paulo, 11 de agosto de 1917, p. 3.

A PLEBE. Não ha pressa.... *A Plebe*, São Paulo, 21 de outubro de 1917, p. 1.

A PLEBE. O caso do “habeas-corpus” pro-presos por questões sociaes. *A Plebe*, São Paulo, 14 de outubro de 1917, p. 2.

A PLEBE. Uma bella noitada – A festa de ante-hontem em prol d’ “A PLEBE”. *A Plebe*, São Paulo, 14 de maio de 1921, p. 2.

A TERRA LIVRE. Canto operario. *A Terra livre*, São Paulo, 01 de maio de 1907, p. 2.

ASTPER. Guanabarinas. *A Plebe*, São Paulo, 16 de junho de 1917, p. 1.

BESSA, Frederico. Cronica do Rio. *A Terra livre*, São Paulo, 06 de janeiro de 1907, p. 2.

BRAZ. Rebeldias. *A Plebe*, São Paulo, 04 de agosto de 1917, p. 4.

CADETE, Andrade. Crê ou morre. *A Plebe*, São Paulo, 22 de setembro de 1917, p. 1.

CANELLAS, Antonio. Ecos de Alagôas – Uma cruzada que se impõe – A libertação dos trabalhadores ruraes. *A Plebe*, São Paulo, 23 de junho de 1917, p. 2.

CARNEIRO, Afonso. Aos operarios. *A Plebe*, São Paulo, 30 de outubro de 1917, p. 3.

CARVALHO, Florentino de. A republica dos “Briganti”. *A Plebe*, São Paulo, 23 de junho de 1917, p. 2.

CARVALHO, Florentino de. O momento – O porquê das Gréves. *A Plebe*, São Paulo, 09 de julho de 1917, p. 1.

CENTRO FEMININO JOVENS IDEALISTAS. Manifesto do Centro Feminino. *A Plebe*, São Paulo, 22 de setembro de 1917, p. 2.

CRISPIM, João. 13 de Maio. *A Rebelião*, São Paulo, 09 de maio de 1914, p. 1.

CRISPIM, João. Cronica de nossa Excursão de Propaganda – Conquista. *A Rebelião*, São Paulo, 17 de junho de 1914, p. 2.

CRISPIM, João. Modalidades do sindicalismo. *A Rebelião*, São Paulo, 01 de maio de 1914, p. 3.

DEMOCRITO. Fome! *A Rebelião*, São Paulo, 09 de maio de 1914, p. 1.

DEMOCRITO. Valor do trabalho. *A Rebelião*, São Paulo, 17 de junho de 1914, p. 2.

DIAS, Everardo. Sobre a data – O 13 de Maio. *A Plebe*, São Paulo, Maio de 1920, p. 1.

ESTEVE, Pedro. A Conquista do Pão. *A Rebelião*, São Paulo, 17 de maio de 1914, p. 2.

JOLY. Notas simples. *A Plebe*, São Paulo, 09 de julho de 1917, p. 2.

LEUENROTH, Edgard. Ao que vimos: Rumo á Revolução Social. *A Plebe*, São Paulo, 09 de junho de 1917, p. 1.

MONTENEGRO, José L. A Greve Gerai. *O Amigo do Povo*, São Paulo, 01 de maio de 1902, p. 1.

MORTIÇO, Helio. O 13 de Maio e a Acção Directa. *A Rebelião*, São Paulo, 17 de maio de 1914, p. 1.

NEGRO, Helio. A revolução russa. *A Plebe*, São Paulo, 16 de junho de 1917, n. 2, p. 2.

PARDINI, G. Pelo Brasil – Ribeirão Pires. *A Rebelião*, São Paulo, 07 de junho de 1914, p. 4.

PENTEADO, João. A Patria e as guerras. *A Rebelião*, São Paulo, 09 de maio de 1914, p. 2.

PENTEADO, João. Algumas palavras. *A Rebelião*, São Paulo, 17 de maio de 1914, p. 2.

PEREIRA, Natanael. Hora propicia. *A Plebe*, São Paulo, 23 de junho de 1917, p. 3.

PEREZ, Juan Bautista. Sempre os mesmos. *O Amigo do Povo*, São Paulo, 16 de agosto de 1902, p. 1.

RAVACHOL, Koëningstein. Duras palavras. *A Plebe*, São Paulo, 07 de outubro de 1917, p. 1.

RÉCLUS, Elyseu. O futuro dos nossos filhos. *A Plebe*, São Paulo, 14 de outubro de 1917, p. 3.

RIGA, Pinho de. Escravidão moderna. *A Rebelião*, São Paulo, 17 de maio de 1914, p. 2.

RUTI, Isa. Resenha de uma operaria. *A Plebe*, São Paulo, 07 de outubro de 1917, p. 2.

SANCHEZ, Galilêo. A propriedade privada. *A Rebelião*, São Paulo, 01 de maio de 1914, p. 3.

SOARES, Primitivo Raymundo; AROUCA, Francisco; NAPINSK, Antonio. Contra a moderna inquisição republicana – Protesto dos deportados. *A Plebe*, São Paulo, 30 de outubro de 1917, p. 1.

SOUZA, Vieira de. O proletariado. *A Plebe*, São Paulo, 11 de agosto de 1917, p. 2.

UM CAIPIRA. A imprensa honesta. *A Plebe*, São Paulo, 25 de agosto de 1917, p. 1.

X. Anarchistas... *A Plebe*, São Paulo, 30 de junho de 1917, p. 2.

Recebido em: 07/08/2024

Aceito em: 18/02/2025